



Condições de Trabalho do Professor e o que isso Tende a Produzir em sua Subjetividade e em sua Prática Profissional

Karoline Antonia dos Santos Silva Strauss
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2017

SUMÁRIO

1	Introdução	2
2	Metodologia	3
3	Desenvolvimento	4
3.0.1	Sistema educacional brasileiro e o fracasso escolar	4
3.0.2	Outro olhar para os (as) professores (as): Algumas reflexões acerca do sofrimento do trabalho docente	6
4	Considerações finais	9
5	Bibliografia	11



1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, a ideia para ser tema deste trabalho de conclusão de curso, era outra. Também relacionada ao trabalho docente, porém, com outro olhar. A intenção era aprofundar a pesquisa pensando em como a relação professor-aluno poderia influenciar o aprendizado (ou o “não-aprendizado”), porém, com os estudos realizados, foi-se desenhando uma realidade que precede os ensinamentos transmitidos na escola durante as aulas. Chamou-me a atenção às condições de trabalho nas quais os profissionais docentes estão imersos e o quanto estas, possivelmente, afetam a maneira como a relação professor-aluno-aprendizado se estabelece.

Para conseguir entender melhor as condições de trabalho docente, foi preciso identificar, primeiramente, a realidade do sistema educacional no Brasil.

Posteriormente, analisar, a fim de refletirmos com sensibilidade, sobre como estes profissionais podem estar envolvidos em grandes sofrimentos psíquicos, com funcionamentos que promovem a perda do sentido de ensinar, dentre outros.



2 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de pesquisa exploratória e descritiva, com levantamento bibliográfico na área de psicologia escolar e política educacional brasileira.



3 DESENVOLVIMENTO

3.0.1 Sistema educacional brasileiro e o fracasso escolar

Pensar na escola, como instituição, é refletir sobre contradições e paradoxos. Tanto que é possível observar as inúmeras pesquisas existentes a fim de se compreender esse vasto campo.

Em 1984, autores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) foram unânimes na denúncia da precariedade do ensino oferecido às classes populares. Tal denúncia atravessa os anos, indicando que as medidas técnicas e administrativas tomadas ao longo do tempo não têm atingido plenamente os objetivos a que se propôs. Houve avanços? Sim, é inegável que o sistema cresceu a nível quantitativo, atendendo quase que universalmente as crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos; a educação infantil é reconhecida como uma instância importante; de certo modo, investe-se na formação de professores; houve redução nos percentuais de analfabetismo. Entretanto, em termos qualitativos, estamos muito aquém de um sistema democrático e efetivo. No que se refere à situação aflitiva da política educacional brasileira, os discursos antigos e atuais são muito semelhantes, com altos índices de evasão, problemas de aprendizagem e demais queixas escolares, que se colocam como grandes desafios aos educadores e à sociedade em geral.

Segundo Leite (2010) constata-se que:

Apesar de os dados oficiais indicarem um índice geral de analfabetismo no Brasil em torno de 12% (cerca de 15 milhões de analfabetos), dados de ONGs como o Instituto Paulo Montenegro / IBOPE indicam que apenas 26% da população brasileira é plenamente alfabetizada, capaz de ler textos com mais de uma informação, sugerindo que três quartos da população pode ser considerada analfabeta funcional (conceito que refere-se a indivíduos que não utilizam, funcionalmente, a leitura e a escrita nas suas práticas sociais, apesar de dominarem os códigos linguísticos); a mesma fonte indica que apenas 23% de nossa população consegue resolver problemas que envolvem mais de uma operação matemática; de acordo com a UNESCO, 23% de nossas crianças de 1ª série e 20% das de 2ª série é repetente; segundo o SAEB – Sistema de



Avaliação da Educação Básica, 55% dos alunos da 4ª série situam-se no nível crítico na área da leitura, só 5% dessas crianças demonstram desempenho adequado em leitura; desde a primeira edição do SAEB (1995), os resultados médios dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática são crescentemente negativos, não apontando sinais de recuperação em nenhum ano, neste período; dois terços dos alunos de 14 anos, encontra-se defasados na sua escolaridade; dos quase 6 milhões de alunos que entram na 1ª série do ensino fundamental, apenas 2,5 milhões chegam na 1ª série do ensino médio.

Diante desses dados, podemos concluir que a educação brasileira, apesar do que é apresentado pela propaganda oficial, está numa condição bastante preocupante.

As reformas e implementações ocorridas nas políticas públicas na Educação (como por exemplo: a progressão continuada; as avaliações nacionais bianuais – os SAEBs (Sistema de Avaliação da Educação Básica); a inclusão de crianças com deficiência sem treinamento dos profissionais e suporte; a inserção de crianças mais novas na 1ª série; o impedimento à reprovação etc), são marcadas, tanto pela falta de discussão por parte daqueles que as concretizarão, quanto pela desconsideração de seus saberes, possibilidades e opiniões. Segundo Souza (2010), educadores são convertidos em meros executores de medidas que lhes parecem sem sentido e prejudiciais ao ensino, fazendo apropriações superficiais e distorcidas dos princípios apresentados como sendo os fundamentos das mesmas, uma vez que, medidas tão revolucionárias, que dependem de mudanças paradigmáticas na Educação, não podem ser benéficas se implantadas dessa maneira.

Refletir sobre a função da escola em nossa sociedade é fundamental para todos os profissionais que atuam na área educacional, pois as formas concretas de atuação desses profissionais dependem, em grande parte, das ideias que os mesmos têm a respeito da própria função do sistema educacional.

Numa perspectiva idealista, a escola teria seu papel na formação de sujeitos críticos e transformadores, tendo possibilidade de propiciar experiências relevantes de forma que seus alunos pudessem se comprometer com a construção de uma sociedade mais justa e humana. Assim, a escola seria uma pequena comunidade em que seus atores teriam a possibilidade de vivenciar relações democráticas, podendo, posteriormente, transferir esse aprendizado para a sociedade em que vive. Entretanto, sendo o sistema educacional totalmente influenciado pelas esferas econômicas, políticas e sociais, numa sociedade capitalista emergente como a nossa, o mesmo tem sido direcionado para a formação de mão de obra, visando atender as demandas da produção em detrimento de outras opções de projetos políticos-pedagógicos para as escolas. Assim, o Estado investe na educação, investindo no capital humano, baseando-se na lógica de que investir na formação do



indivíduo, este, tornando-se um profissional qualificado, representaria maior produção, logo, maior margem de lucro, o qual seria revertido, teoricamente, novamente para o Estado como também para o próprio indivíduo. Entretanto, há contradições, pois as políticas educacionais, centradas na ideia de Educação como Investimento, na realidade têm criado condições para o crescimento das taxas de lucro das empresas, sendo que a qualificação da mão de obra não prioriza a melhoria das condições de vida do trabalhador. Para Bárbara Freitag, o planejamento educacional tem sido um instrumento de manipulação visando à maximização dos lucros do capital privado, como também ao fornecimento da força de trabalho necessária para cada etapa do processo de crescimento do capitalismo.

Em síntese, nenhuma política educacional é neutra. Ela sempre está baseada em determinadas concepções de homem e de mundo, em valores e representações. É também, um reflexo do que ocorre nas dimensões econômica, política e social de uma sociedade. Isto explica porque o Estado, nos diversos tipos de sociedade, tenta ter o máximo de controle sobre as políticas educacionais, através da criação de instâncias administrativas, de gestão, de formação e principalmente, de definição e controle dos conteúdos de ensino a serem ministrados nas escolas, como relata Leite (2010).

3.0.2 Outro olhar para os (as) professores (as): Algumas reflexões acerca do sofrimento do trabalho docente

Nos dias atuais, há um forte discurso de que os professores serão protagonistas na construção da “sociedade do futuro”. Políticos e intelectuais juntam vozes exigindo dignificação e valorização da profissão docente, assim como maior autonomia profissional e melhor imagem social.

Em diversas esferas, reencontramos as mesmas palavras sobre a importância dos professores nos “desafios do futuro” já que são profissionais vistos como formadores de recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico, assim como formadores das gerações do século XXI, que devem preparar as crianças e jovens para a sociedade da informação e globalização. De um modo ou de outro, os professores estão no centro das preocupações políticas e sociais. Entretanto, tais discursos, condizem com as práticas atuais?

Nóvoa (1999) analisa a situação dos professores de modo a mostrar que a construção da ideia de que a profissão docente não corresponde à intencionalidade declarada: por um lado, professores são olhados com desconfianças, acusados de serem profissionais irre-



levantantes e de terem formação deficiente; por outro lado, são bombardeados de esperança, pois são considerados elementos essenciais para a melhoria da qualidade do ensino e para o progresso social e cultural.

Segundo Sousa (2010), há funcionamentos escolares produtores de educadores fracassados, sendo um deles, o autoritarismo na implementação de políticas públicas na Educação, em que, cabe aos professores, aceitar as determinações impostas sem chances de contestações ou reavaliações. Outro, trata-se de mudanças de educadores durante o ano letivo que se dão pelos chamados concursos de ingresso, que têm validade de até quatro anos e os aprovados são chamados a qualquer época, disparando novas mudanças, independentemente no momento do ano escolar. Além deste, há outros dispositivos de mudanças como a licença por motivos de saúde (muito frequente aos professores pelo fato de pertencerem a uma categoria profissional significativamente atingida por doenças relacionadas a estresse no trabalho ou a sofrimento intenso relacionado a condições precárias de trabalho); afastamentos do cargo para ocupação de cargos administrativos; remoções pontuais e outros, que promovem grande rotatividade de profissionais na escola. Cada um desses mecanismos aciona um confuso e burocrático processo de substituição de profissionais, causando prejuízos ao ano letivo, ocasionando em rupturas nos processos de ensino, tornando desacreditada a eficácia de se fazer e cumprir os planejamentos das atividades pedagógicas e afetando os vínculos estabelecidos entre personagens tão importantes no dia a dia escolar.

Temos também, as desorganizações do cotidiano nas unidades escolares devido à convocações de última hora. É queixa recorrente que eventos como cursos, oficinas e reuniões fora da unidade de ensino atropelam a organização da rotina e os planejamentos das escolas. São acontecimentos importantes para as organizações e o bom funcionamento da rede escolar, entretanto, o modo como são feitos, muitas vezes provocam a quebra de processos e produzem desânimo e descrença dos educadores na possibilidade de trabalhar de maneira planejada e minimamente contínua, com começo, meio e fim. Fica então o improvisado, como uma maneira estratégica de sobrevivência a um cotidiano incerto.

Não podemos desconsiderar o peso da questão salarial, ou melhor, dos baixos salários, pois são produtores de sentimentos de desvalia, uma vez que os salários são, supostamente, a representação monetária do valor dado ao trabalho daquele indivíduo. Salários insuficientes geram greves, favorecem a evasão de professores e obrigam os profissionais a acumularem cargos, causando imensas dificuldades para o estudo, preparo das aulas, conhecimento de quem são seus alunos e participação em reuniões essenciais.



Analisando as dificuldades e sofrimentos psíquicos do trabalho docente, nos deparamos também com a desqualificação dos saberes dos educadores. Souza (2001) afirma que os cursos de formação continuada, reciclagens e outros esforços para melhorar a competência técnica dos professores estabeleceram-se como estratégia privilegiada de enfrentamento da baixa qualidade de ensino. Privilégio este, decorrente da crença na incompetência dos docentes como indivíduos, como sendo a principal causa do fracasso escolar. Sabemos que estudar, informar-se e manter-se atualizado são práticas implicadas na possibilidade de um docente ensinar com excelência. No entanto, no dia a dia escolar, é difícil saber quais fatores determinam mais fortemente a ocorrência de aulas com conteúdos deficitários, ensinados com técnicas desinteressantes e atravessados por relações deterioradas entre professores e alunos. Seriam as deficiências da formação do professor, ou as condições precárias e hostis de trabalho enfrentadas dia após dia, anos após anos, que vão danificando a paixão de ensinar? Azanha, especialista da Filosofia da Educação, afirma que um professor pode ser “bom” em uma escola e “ruim” em outra. Desse modo, a linha de argumentação simplificadora subjacente ao argumento da inaptidão, que considera o docente como elemento incompetente do sistema educacional, prova-se falsa, fazendo-se necessária a realização de ações e de políticas educacionais mais abrangentes que visem melhorar a qualidade das escolas, não apenas a competência dos professores.

Segundo Paparelli (2009), em sua pesquisa, fica claro o sofrimento na fala dos professores que revelam frustração com o exercício profissional, falta de esperança, exaustão, desalento, perda do sentido do trabalho. Referem piora significativa após a implementação dos ciclos de aprendizagem, em que o impedimento à reprovação dos alunos ocasionou a perda de controle docente, aumentando a indisciplina e o desinteresse dos alunos por uma escola cujo objetivo tornou-se apenas credencialista, já que os alunos permanecem na escola, mas muitos deles sem aprender, o que acaba por proporcionar a desistência do ensinar, ou melhor, a renúncia ao sentido do trabalho docente, que, desse modo, passa a gerar intenso desgaste mental.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ficam evidentes as contradições em que os professores vivem entre o discurso oficial da propaganda que afirma a democratização do acesso e da permanência em uma escola de qualidade para todos e a escola real, recebendo as pressões do Estado, das famílias, da sociedade em geral, sendo frequentemente individualmente culpabilizados pelo fracasso do sistema educacional.

Outra contradição se refere à tarefa de criar a partir da imposição, executar o ensino de modo criativo, adequado e resignado os ditames de uma política educacional com a qual a maioria discorda e que, de qualquer maneira, enfrenta impossibilidades estruturais para sua real aplicação. No que se refere à regularização de fluxo, a reprovação dos alunos acabou por decreto, sendo que a lógica que levava as múltiplas reprovações sofreu poucas modificações, logo, estamos diante de uma política educacional que “extinguiu o fracasso escolar”, mas não garantiu o sucesso já que minimizou a exclusão da escola e ampliou a exclusão na escola. O resultado disso é uma escola que não consegue estimular o aluno a querer aprender e que não tem recursos coercitivos da reprovação; que avalia com base na assimilação de conteúdos, mas não pode mais ensiná-los sob pena de ser tachado como “conteudista”; uma escola que prioriza a burocracia da avaliação, frequência, notas e trabalho árduo, muitas vezes sem sentido. Os conflitos nas escolas se intensificam. Os alunos pouco aprendem. O sentido grande do trabalho do professor se esvai.

Ao mesmo tempo, pode-se observar a construção cotidiana de tentativas de enfrentamento, que, frequentemente, resultam em frustração, já que, feitas de modo isolado, não conseguem superar a lógica da produção do fracasso escolar, que se expressa na escola, mas não é constituída exclusivamente ali. Assim, restam estratégias de diminuição do desgaste, da dedicação e do empenho, a realização do trabalho de modo burocrático, o cansaço do trabalho de ensinar.

Por outro lado, como enfatiza Souza (2010) a escola é também habitada por muitos seres humanos que constroem vida, inteligência, cidadania, dignidade, alegria e amor. O convívio nas instituições escolares é capaz de propiciar experiências de admiração,



gratidão, carinho por diversos de seus personagens. Sendo a escola entendida como uma instituição de transmissão de valores, não pode ser vista, somente, como um mero aparelho manipulado mecanicamente pelo Estado em função, apenas, da ideologia das classes dominantes: se o Estado vir a ter, ou não, sucesso na sua tentativa hegemônica com relação à escola, vai depender da existência, ou não, de educadores comprometidos com as contraideologias, atuando no seu interior, transformando essa instituição em um espaço de contínuo exercício da reflexão crítica a partir da ação educacional transformadora. Como pontua Patto, os educadores são portadores de carecimentos radicais que os fazem, da perspectiva da sociologia da vida cotidiana, um grupo social potencialmente transformador.

Nesta perspectiva, assume-se que a escola constitui-se, efetivamente, mesmo com todas as dificuldades apresentadas, como um espaço institucional que pode contribuir para o processo de conscientização dos indivíduos através da transformação da consciência ingênua em consciência crítica, ao mesmo tempo em que possibilita aos sujeitos apropriarem-se do conhecimento culturalmente acumulado, que permitirá a cada aluno constituir-se como um sujeito social e historicamente determinado, agente de transformação comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e humana.

“É que não existe ensinar sem aprender e com isto eu quero dizer mais do que diria se dissesse que o ato de ensinar exige a existência de quem ensina e de quem aprende. Quero dizer que ensinar e aprender vão se dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observando a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o ensinante se ajuda a descobrir incertezas, certos, equívocos.” - Paulo Freire

Logo, nas instituições escolares e na vida, somos todos professores e alunos, alunos e professores, ao mesmo tempo.



5 BIBLIOGRAFIA

FREIRE, P. (1997). Ensinar, aprender: leitura do mundo, leitura da palavra. In: Professora sim, tia não. Cartas a quem ousar ensinar. São Paulo: Editora Olho D'Água, 10^a. ed., p. 19-21.

PATTO, M. H. S. O Fracasso Escolar Como Objeto de Estudo: Anotações Sobre as Características de um Discurso. São Paulo: Caderno de Pesquisa, 1988.

LEITE, S. A. S. A construção da escola pública democrática: algumas reflexões sobre a política educacional. In: SOUZA, B. P. (Org). Orientação à Queixa Escolar. 2^a Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOUZA, B.P. Funcionamentos escolares e a produção do fracasso escolar e sofrimento. In: In: SOUZA, B. P. (Org). Orientação à Queixa Escolar. 2^a Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOUZA, D.T.R. A formação contínua de professores como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade do ensino: uma reflexão crítica. In: OLIVEIRA, M. K.; REGO, T. C. e SOUZA, D. T. R. (org) Psicologia, Educação e as temáticas da vida cotidiana. São Paulo: Moderna, 2002.

PAPARELLI, R. Saúde mental relacionada ao trabalho: o caso de educadores da rede pública de ensino pauslistana. In: Edvânia Lourenço; Vera Navarro; Iris Bertani; José F. S. da Silva; Raquel Sant'ana. (Org). O Averso do Trabalho II. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. In: SOUZA, D.T.R. e SARTI, F.M. (Org). Mercado de Formação Docente: constituição, funcionamentos e dispositivos. 1^a Ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.